



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

## COM QUANTOS PAUS SE FAZ UMA TEORIA? INVENÇÃO E MASCULINIDADE NOS ESCRITOS DE DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR

*How many sticks do you make a theory with? Invention and masculinity in the writings of Durval Muniz de Albuquerque Júnior*

FERNANDO BAGIOTTO BOTTON\*

### RESUMO

Numa proposta ensaística, dividimos nossa abordagem em dois momentos: o primeiro refere-se a breves e incompletas considerações gerais sobre seu método de escrita e argumentação. Focaremos especialmente na ideia de “invenção”, presente em muitos dos títulos do autor, compreendendo tal conceito como verdadeiro itinerário de pesquisa autoral. Já no segundo momento, tentaremos compreender algumas leituras que Durval realiza acerca da noção de masculinidade, buscando contextualizar um breve conjunto de feixes interpretativos daquele contexto epistemológico no intuito de compreender algumas reverberações, impactos e atravessamentos de sua obra na historiografia brasileira. Nosso argumento assenta-se justamente na continuidade entre esses dois movimentos, ou seja, ao estabelecer uma discussão acerca da masculinidade os textos de Durval, antes de se apropriarem de discussões oriundas dos *Men's studies*, se baseiam no próprio método inventivo-metafórico artesanalmente constituído pelo autor e por suas influências historiográficas brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** invenção; masculinidade; historiografia.

### ABSTRACT

In an essay proposal, we divided our approach into two moments: the first refers to brief and incomplete general considerations about his method of writing and argumentation. We will focus especially on the idea of “invention”, present in many of the author’s titles, understanding this concept as a true itinerary of authorial research. In the second moment, we will try to understand some of Durval’s readings about the notion of masculinity, seeking to contextualize a brief set of interpretative bundles of that epistemological context in order to understand some reverberations, impacts and crossings of his work in Brazilian historiography. Our argument is based precisely on the continuity between these two movements, that is, when establishing a discussion about masculinity, Durval’s texts, before appropriating discussions from *Men's studies*, are based on the very inventive-metaphorical method handcrafted by the author and for his Brazilian historiographical influences.

**KEYWORDS:** invention; masculinity, historiography.

### EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

### EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

**SUBMETIDO:** 31.01.2023

**ACEITO:** 13.02.2023

### COMO CITAR:

BOTTON, F. B. Com quantos paus se faz uma teoria? Invenção e masculinidade nos escritos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. *Aedos*, v. 15, n. 33, p. 13-29, jan.–jun., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

\* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Alexandre Alves de Oliveira - Parnaíba-PI. ORCID iD: 0000-0001-9746-6832. E-mail: fernandobotton@phb.uespi.br

## PRELÚDIO ACERCA DO ESFACELAMENTO DA AUTORIA

Escrever sobre Durval é uma tarefa arriscada: sob seu nome evocam-se paixões, fúrias, tradições e euforias. Isso explica-se por sua capacidade ímpar de gerar polêmicas, concentrar atenções, publicizar inauditos, questionar tradições, provocar alvoroços e transpor debates acadêmicos bastante complexos a todo tipo de público, até mesmo o leigo. Nessa posição de historiador-espetáculo a efigie desse professor-pesquisador é tomada no Brasil – especialmente naquela parte discursivamente constituída enquanto “Nordeste” – como verdadeira instituição ou sujeito enunciativo autorreferente. Seja por seus detratores ou partidários, há certa unanimidade na constituição de um local de escrita pautado por primazia incontestada: não é mais possível teorizar o “Nordeste” sem referenciar Durval. Afirmar o risco dessas possíveis hipérboles é necessário para tentarmos de antemão desfazer, talvez, um movimento de pensamento que nos parece esterilizante para com a escrita desse autor. Ora, é sabido que a institucionalização de um pensamento/pensador rebelde e contestatório facilita a cristalização de suas ideias por meio de sua monumentalização. Dentre homenagens e elogios desvairados constrói-se uma verdadeira *jaula de ferro*, no sentido weberiano, em que se busca – consciente ou inconscientemente – aprisionar o autor e sua obra numa organização institucionalmente burocrática e hierárquica cerceadora de todo tipo de subversão, especialmente quando ela já é, previamente, aguardada. É por esse motivo que é necessário e até mesmo urgente retratar, deturpar ou até mesmo destratar Durval, deixar as reverências de lado para dar lugar às referências e às irreverências. Refletindo acerca das próprias práticas contestatórias de pesquisas do autor – ao historicizar e desconstruir tradições ilustradas de elites bacharelescas autoaduladoras – compreendemos que nada seria mais desproposital do que construir um púlpito àquele que gosta de refletir ao rés do chão. Nesse sentido, nosso intuito com esse breve e fragmentado ensaio será comentar elementos teóricos de sua obra com o claro propósito de profanar seus textos, ditos e escritos (AGAMBEN, 2005). Com isso, evitaremos constituir um altar sacro, verdadeira instituição, uma vez que, segundo Mary Douglas, as instituições enquanto instituições sociais não podem ter opiniões próprias, além do fato de que constituem identidades fixas e imutáveis (DOUGLAS, 2007).

Também devemos ser justos com a tradição pós-estruturalista do autor ao negá-lo enquanto artífice onipotente, consciente e conferidor de sentidos lógicos às suas continuidades de pensamento. Centrarmos na consciência de uma obra acabada e racionalmente planejada, unificada, sequencial e lógica conferida pela mente individual e subjetiva de um autor-Durval significaria negar sua função-autor, absolutamente conferida e “inventada” pela crítica, pela historiografia, pelos leitores, anais e resenhas que se referem a tal sujeito/indivíduo como ser fundante de pensamentos sequenciais. Quando Foucault se questionou sobre *o que é um autor?* chegou a respostas como essa:

Trata-se de inverter o problema tradicional. Não mais colocar a questão: como a liberdade de um sujeito pode se inserir na consistência das coisas e lhes dar sentido, como ela pode animar, do interior, as regras de uma linguagem e manifestar assim as pretensões que lhe são próprias? Mas antes colocar essas questões: como, segundo que condições e sob que formas alguma coisa como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer, e obedecendo a que regras? Trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso (FOUCAULT, 2001, p. 287).

Nesse sentido é importante compreendermos que quando utilizamos o nome “Durval” não nos referimos ao sujeito liberal constituidor do campo semântico de escritos, mas aquele constituído por eles: uma função performativa exterior e alheia aos seus desejos e vontades pessoais, que orbita mais ou menos no espaço estabelecido entre a primeira letra maiúscula e o último dos pontos finais. Sua nomeação é justamente aquilo que assegura a constituição de uma obra, atribui virtualmente a coerência entre os textos e a continuidade entre seus enunciados e argumentos. A marca de uma autoria para Foucault é justamente uma constituição virtualmente estabelecida com tais funcionalidades autoevidentes, portanto, quando nos referimos a Durval estamos falando de sua função-autor, não de sua pessoa.

## A INVENÇÃO DA INVENÇÃO

O termo “invenção” no decorrer dos textos de Durval não é mera palavra, nem necessariamente um conceito unívoco: é o produto e o resumo de um método, de um *modus operandi* intelectual, epistemológico, historiográfico, ético e político que se afirma por meio da irrupção da novidade, da multiplicidade, da ruptura e da diferença. Em suas palavras:

O termo invenção tem aparecido com insistência nos títulos de livros, teses e dissertações que são escritos pelos historiadores, nos últimos anos, substituindo expressões caras aos profissionais da História como as de: formação, desenvolvimento ou análise. Neste texto, ao refletir sobre o significado do uso constante do termo invenção para nomear os nossos trabalhos, bem como o trabalho de outras áreas, reflito sobre as mudanças paradigmáticas que vêm ocorrendo no saber histórico, nos últimos anos. Creio que a ideia de invenção indicia uma certa maneira de conceber o trabalho do historiador, indicia um modo de se relacionar com o passado, com os documentos, com a memória, com a temporalidade, com a escrita mesma da História, que diz muito da diferença entre as concepções vigentes, nesta disciplina, contemporaneamente daquelas que foram hegemônicas em outros momentos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 11-12).

Há diversos elementos a serem aqui destacados, em primeiro lugar essa atribuição exterior que Durval inicia sua assertiva: remete-se a uma tradição de pensamento herdeira de outros autores, da qual o enunciador modestamente se adscrive. Também reforça o termo invenção como “um modo de se relacionar com o passado” – poder-se-ia acrescentar também o presente e o futuro – de forma que institui uma categoria semi-ontológica, na qual se estabelece na prática o próprio ser-historiador. Mas o ponto que mais nos interessa nessa sentença é justamente a defesa de um método que é afirmado como inovador, até mesmo visando a substituição de conceitos caros aos historiadores atuais e de outrora. Reflexo de paradigmas cambiantes, Durval se coloca como porta-voz dessas novidades teóricas, tradutor e publicador de um método que revoluciona a história (VEYNE, 1998).

Esse método da invenção, como tudo na história, também é irrupção epocal e responde ao *arquivo* de sua época, isso é: às condições de dizibilidade adscritas por entrecruzamentos teóricos, afetivos, intersubjetivos e intertextuais absolutamente singulares a uma periodicidade histórica específica (FOUCAULT, 1996). Portanto, até a invenção é fruto de uma invenção. Mais que isso, não há apenas uma forma de compreender o conceito, segundo o próprio Durval “o uso do termo invenção por diversos historiadores está longe de indicar que haja concordância entre eles quando se trata de definir o que cada um entende por invenção” (2007. p. 21). Dessa forma, ao contrário do que possa

parecer, o autor não apenas se adscrive numa tradição teórica que se fundamenta nesse conceito, ele realiza opções teóricas, enfatiza aquelas formulações que discorda e reafirma aquelas que concorda, em especial as pós-estruturalistas. Portanto, há claramente em seus textos a intenção de organizar sentidos para formular um construto teórico acerca da disciplina. Sua introdução ao livro *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história* (2007) apresenta justamente um itinerário conceitual que visa constituir uma concepção própria de “invenção” e que, voluntariamente, opta por um caminho do meio no interior de uma querela enfrentada pelos historiadores da época.

A historiografia brasileira da virada do milênio é absolutamente marcada por uma escaramuça teórica muitas vezes violenta e até mesmo infrutífera entre “modernos” e “pós-modernos”. Confrontavam-se adeptos às relações amistosas entre literatura e história contra aqueles que postulam a objetividade de um suposto realismo da narração historiográfica. De um lado do *front* posicionavam-se historiadoras que compreendem a história por sua mirada subjetiva, fruto da relação do pesquisador com suas fontes, do outro lado situavam-se aqueles que a interpretam de maneira objetivista, defendendo a necessidade de se manter algum tipo de realidade externa para além dos referenciais heurístico-discursivos. Assim como qualquer tipo de querela dicotômica criaram-se estereótipos, que como a própria literalidade do termo sugere, são tipos estéreis, bonecos de palha constituídos para serem chutados ao bel prazer de seus detratores, são eles: “o pós-moderno” e “o empirista”. O *pós-moderno* no Brasil assumiu a conotação de xingamento, depreciação ou argumento ridicularizante: quando não se quer entrar no mérito de uma discussão mas, antes disso, depreciar o enunciador. Essa estratégia fica mais clara se analisarmos o estratagema 32 de Schopenhauer em sua arte de vencer um debate sem precisar ter razão:

Uma maneira rápida de eliminar ou ao menos tornar suspeita uma afirmação do adversário que nos seja contrária é a de colocá-la sob uma categoria odiada, ainda que tenha apenas uma semelhança com esta ou uma vaga relação – por exemplo, “isso é maniqueísmo; é arianismo; é pelagianismo; é idealismo; é espinozismo; é panteísmo; é brownianismo; é naturalismo; é ateísmo; é racionalismo; é espiritualismo; é misticismo etc.”– Ao fazer isso, supomos [...] que essa categoria já foi completamente refutada e não poderia conter uma palavra de verdade sequer (SCHOPENHAUER, 2003, p. 272).

A acusação de alguém como pós-moderno já pressupunha automaticamente sua exclusão da guilda dos historiadores de verdade uma vez que feriria fatalmente as artes do ofício, de forjar a realidade com tinta, aço e fogo. A simples utilização dos termos “discurso”, “narrativa”, “literatura” ou até mesmo “subjetividade” abriria suspeitas e inimizades indiscriminadas dentre aqueles que detinham a mais pura arte de sorver verdades e desmascarar as ideologias históricas travestidas em peles de cordeiro discursivas. Interessantemente, nem os detratores nem os poucos adscritos a essa *tag* são capazes de definir com precisão ou pelo menos com unanimidade os limites desse conceito.

Por outro lado, e talvez não com a mesma intensidade mas com igual desprezo, estabeleceu-se o estereótipo do historiador *empirista*, aquele que ingenuamente acredita que colecionando fontes e descrevendo seus itinerários conseguiria fazer sorver o caldo puro e indubitável da verdade histórica tal como ela ocorreu, prescindindo de todo tipo de teorização ou conceituação histórica. Essa detração também excluiria qualquer um da guilda dos teóricos, historiógrafos ou pensadores. A utilização de termos como “fato histórico”, “verdade”, “realidade” ou “comprovação documental” causava arrepios àqueles que consideravam que sem a leitura de intelectuais de referência, preferencialmente franceses

ou alemães, os historiadores documentalistas serviriam de burros de carga que braçal e ingenuamente carregariam as glórias de uma história tradicionalmente elitista.

Dessa conversa entre surdos, aparentemente superada mas ainda não resolvida, apenas sublimada, encontramos um Durval que busca estabelecer-se em um ponto de intersecção, à terceira margem do rio, mas que rema melhor em águas pós-estruturalistas (SANTOS, 2012). Não é nossa pretensão julgar essas escolhas teóricas, interessa-nos compreender os feixes filosóficos que entrecruzaram a formação das construções discursivas do autor, em outros termos, compreender o *arquivo* de seus escritos. Parece-nos que Durval é fruto de uma interpretação campineira de Foucault e dos demais pós-estruturalistas, tais como Gilles Deleuze, Jacques Derrida e o próprio Jean-François Lyotard, que em *terra brasilis* foram lidos não necessariamente em confronto, mas diversas vezes em paralelo àqueles historiadores culturais como Peter Burke, Lynn Hunt e Roger Chartier, que compreendem as manifestações históricas como construtos culturais. Também não foram relegados ao ocaso historiadores sociais contemporâneos como Edward Palmer Thompson e Joan Wallach Scott, partidários de uma história social *vista de baixo*, na qual os invisibilizados ganham contorno e protagonismo junto à escrita do historiador. Nada mais sintomático a esse tipo de interpretação que o paradigmático livro *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista* (RAGO, 2018) em que Margareth Rago – uma das principais correspondentes intelectuais de Durval na virada do século – mescla de maneira magistral todas essas raízes de pensamento. A terceira margem de Durval é muito correlata a esse tipo de interpretação presente em muitas das teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) dentre as décadas de 1980 às primeiras décadas do século XXI, nesse recorte podemos incluir como exemplo a própria tese do autor aqui estudado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1994). É justamente num contexto de disputas epistêmico-políticas, historiográficas e intelectuais que Durval forja seu conceito de “invenção”.

Por mais que Durval cite diversos autores acerca dessa concepção de “invenção”, não é oculto o fato de que sua principal referência são as reflexões de Michel Foucault a respeito do poder (DUARTE, 2010). É importante ressaltar que Foucault apresenta várias fases de pensamento, em que se debruça a distintas problemáticas, nesse sentido o Foucault de Durval é quase que em sua totalidade o genealógico, ou seja, aquele que no decorrer dos anos 1970 vai abrandar suas pesquisas epistemológicas e se concentrará numa espécie de filosofia ético-política inspirada em grande medida pelas leituras nietzscheanas de obras marcantes como *Genealogia da moral* (1987) e *Além do bem e do mal: prelúdio para uma filosofia do futuro* (1992). Nessa perspectiva Foucault amplia também sua abordagem histórica, passando a estudar distintos regimes de poder e constituições de verdades no decorrer de uma multiplicidade de contextos históricos euroasiáticos. É justamente essa a fase de Foucault que é inicialmente mais acolhida pelos leitores campineiros, dos quais um deles é o próprio Durval, que busca compreender relações entre poder-saber-verdade nos mais variados contextos históricos. Como herança da fase arqueológica de Foucault, mantém-se a noção de ruptura temporal, inspirada em percepções como a de corte epistemológico de Gaston Bachelard (1996) ou de Revoluções Científicas de Thomas Kuhn (1962), em que se compreende distintos estratos epocais a partir da irrupção de novas estruturas discursivas e contextuais. Isso começa a descrever melhor a concepção durvaliana de “invenção”.

Por outro lado, a interpretação de um conceito sempre inclui elementos heterogêneos, e com a leitura foucaultiana de Durval não foi diferente, sua teorização se aproximou muito do método da enrabada, do qual comentou Deleuze:

Mas minha principal maneira de me safar nessa época foi concebendo a história da filosofia como uma espécie de enxada, ou, o que dá no mesmo, de imaculada concepção. Eu me imaginava chegando pelas costas de um autor e lhe fazendo um filho, que seria seu, e no entanto seria monstruoso. Que fosse seu era muito importante, porque o autor precisava efetivamente ter dito tudo aquilo que eu lhe fazia dizer. Mas que o filho fosse monstruoso também representava uma necessidade, porque era preciso passar por toda espécie de descentramentos, deslizes, quebras, emissões secretas que me deram muito prazer (DELEUZE, 2008, 14).

O fruto dessa tão prazerosa enxada de Durval em Foucault consiste justamente no itinerário de praticamente todo seu percurso teórico, uma vez que as leituras de Foucault são reinventadas, relidas, reinterpretadas e ressignificadas para harmonizarem-se ao agri-doce sabor de cana do engenho nordestino. Talvez aí resida a originalidade do projeto intelectual de Durval: uma torção, uma dobra argumentativa na leitura de Foucault absolutamente necessária para que houvessem ressonâncias contextuais com a história do Brasil. Longe de acusá-lo de leitor infiel – como se fosse possível demandar fidelidade no poligâmico mundo da filosofia – elogiamos essa ousadia e irreverência interpretativa, muito presente nos teóricos do eixo sul do mundo que não se contentam em simplesmente replicar conceitos eurocentrados abrindo mão de sua adaptação contextual. É perceptível que grande parte da leitura de Foucault na historiografia brasileira é margeada por uma adaptação a questões regionais e a temáticas de interesses prévios, que não necessariamente possuem correspondências em terras estrangeiras, mas que fazem todo sentido em ares tupiniquins, tais como suas alianças com a história social e os estudos de gênero, dos quais Foucault nunca adentrou.

Relacionando essa apócrifa leitura foucaultiana de Durval ao tenso contexto intelectual de sua época, podemos tirar várias constatações. A primeira delas, e mais evidente, é questão da pluralidade, que se avoluma por meio de uma constante busca por uma história divergente, crítica e questionadora. Que visa pôr em dúvida os valores morais pretensamente naturais e eternos da sociedade burguesa-colonial brasileira em nome de uma desconstrução ampla, baseado na ideia de “invenção”, que como tal é insubstancial, não se justifica metafisicamente ou mesmo tradicionalmente. Nesse sentido, a interpretação genealógica de Durval não pretende encontrar pioneirismos ou atos de inovação, mas sim, demonstrar o nascimento e a conseqüente finitude de ideias, valores e noções tidas como eternas, tais como o Nordeste e a virilidade nordestina. Mais que isso, desvendar suas tramas discursivas permite que a vida útil dessas verdades seja abreviada, dada suas frágeis, contingenciais e contextuais características, que muitas vezes não se adscvem à sociedade brasileira atual.

Além disso, também podemos compreender a posição de *outsider* do autor em um campo intelectual historiográfico sudestinocêntrico, heteronormativo e avesso a todo tipo de inovações ou protuberâncias estéticas, poéticas ou teóricas. Durval com sua abundância de teorias filosóficas, versos literários e posições assumidamente pós-estruturalistas para muitos historiadores de carteirinha representava o flagrante delírio de um detrator da guilda. Ao questionar a capacidade do venerado Carlo Ginzburg fazer uma mosca se emocionar, ao protestar contra o esvaziamento empírico de uma história sem ideias, ao polemizar os sacrossantos territórios historiográficos a partir de um filósofo maldito como Foucault, ao defender a primazia da literatura e da escrita para a constituição da disciplina sob o nome do herege Hayden White, ao ousar mesclar marxistas, pós-estruturalistas e literatos no mesmo texto, ao classificar grandes cernes intelectuais da tradição brasileira e nordestina como Gilberto Freyre enquanto elitistas, conservadores e reacionários, por tudo isso Durval gerou ódios/paixões e

polêmicas. Sua defesa indelével da pluralidade e da multiplicidade de existências e práticas no interior da história, sua militância frente a uma perspectiva irreverente e desmitificante da história tanto lhe garantiu a alcunha de um historiador maldito como também abriu caminho para uma verdadeira vertente historiográfica mais reflexiva e teoricamente embasada.

Mas como foi possível que tais enunciados/agenciamentos durvalescos tenham tomado amplitude no campo historiográfico brasileiro? É evidente que seus textos fazem parte de um *arquivo* de época, outros historiadores também trabalharam com as mesmas perspectivas e compuseram fileiras em nome da pluralidade, do questionamento, da teoria e da poética da história ao seu lado. Porém, há um elemento estético-estilístico que não deve ser menosprezado como fator fundamental para a amplitude do alcance dessas ideias. Trata-se justamente da capacidade ímpar do autor em articular as palavras, de compor sentidos, de teorizar a literatura tanto em conteúdo quanto em forma. A expressividade e a sedução de seus textos se estabelecem pela efusividade de uma escrita macia, capaz de chocar e emocionar muitos leitores. É inclusive desafiador ler seus textos como analista, uma vez que o apelo emotivo de sua linguagem está sempre atuante. Tal apelo literário, didático, poético e expressivo de seus textos merece destaque uma vez que atua de maneira efetiva, e em meio a tais recursos elencamos um arsenal operativo absolutamente funcional em sua escrita: o peso da metáfora.

A metáfora absolutamente não é uma mera figura de linguagem, tampouco elemento inocente nos textos de Durval, como diria Milan Kundera: “as metáforas são uma coisa perigosa. Não se brinca com as metáforas. O amor pode nascer de uma simples metáfora” (KUNDERA, 1999, p. 17). E é exatamente esse um dos elementos mais marcantes da escrita de Durval, que não possui mero caráter estilístico, sua função é estrutural para a composição dos afetos-significados. Segundo George Lakoff e Mark Johnson, as metáforas constituem-se enquanto elemento cognitivo, uma forma de pensar e de compreender o mundo, dado que não apenas pensamos, mas também *vivemos pelas metáforas*:

Metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature. The concepts that govern our thought are not just matters of the intellect. They also govern our everyday functioning, down to the most mundane details. Our concepts structure what we perceive, how we get around in the world, and how we relate to other people. Our conceptual system thus plays a central role in defining our everyday realities. If we are right in suggesting that our conceptual system is largely metaphorical, then the way we think, what we experience, and what we do every day is very much a matter of metaphor<sup>1</sup> (LAKOFF; JOHNSON, 2003: 03).

Assim, podemos compreender que a analogia organiza a própria forma que os sujeitos/sujeitados históricos percebem e compreendem o mundo, já que o procedimento metafórico formula e constrói afetos-significados, modelando os limites e alcances que determinado pensamento ou prática podem alcançar. A operação metodológica desse procedimento foi explicada por Richard Sennett, quando sustentou que “a metáfora cria um sentido maior do que a soma de suas partes” (SENNETT, 2012:

<sup>1</sup> A metáfora é persuasiva na vida cotidiana, não apenas na linguagem, mas no pensamento e na ação. Nosso sistema conceitual ordinário, em termos de como nós pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico em sua natureza. Os conceitos que governam nosso pensamento não são apenas assuntos do intelecto. Eles também governam nosso funcionamento diário, desde os mais mundanos detalhes. Nossos conceitos estruturam o que percebemos, como vivemos no mundo e como nós nos relacionamos com as outras pessoas. Nosso sistema conceitual também possui um papel central na definição de nossas realidades cotidianas. Se estamos certos em sugerir que nosso sistema conceitual é predominantemente metafórico, então as formas com que pensamos, com que experimentamos, com que fazemos todo dia são muito mais de ordem da metáfora. (T. do A.)

109) ela extrapola o próprio significado de cada uma das ideias aproximadas. Nesse sentido, a *teoria da interação metafórica* de Max Black (1962) é bastante pertinente ao postular que a união entre duas noções mescladas pelo procedimento metafórico, além de afetar os significados de ambas, também cria novas acepções cognitivas e emocionais.

É justamente essa composição de visões de mundo, interações simbólicas e constituições conceituais típicas da metáfora que permitem que Durval constitua boa parte de suas argumentações. Encontramos a metáfora como elemento fundante da argumentação quando o autor compreende a abordagem historiográfica como falocêntrica, no intuito claro de questionar a ausência dos corpos e mentes femininas na interpretação do passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019). Também é a partir de metáforas que Durval concebe o passado como um leque chinês, que se altera de acordo com o manuseio (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007), é metafórica a analogia da tecelagem como forma artesanal de cruzar temporalidades, métodos e teorias na história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019), nada diferente é a analogia da escrita como remédio para simbolizar a cura das “doenças culturais” por parte da intelectualidade nordestina do início do século XX (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008), da mesma forma se baseiam em metáforas as imagens de uma república empiricamente fundamentada na figura feminina em oposição ao virilizado nordestino cabra macho (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003). A partir da metáfora também se deslindam os fluxos do tempo e do devir como um rio caudaloso e o historiador que a partir da linguagem se estabelecerá nessa terceira margem (2007); metafórica também é a compreensão do patrimônio como o eixo que simboliza o pai, do passado, da herança e da morte enquanto o matrimônio como o eixo representado pela mãe, pelo futuro, pelo devir e pela vida etc. Todos esses exemplos demonstram a operatividade dessa figura de linguagem em sua metodologia operativa de reflexão e escrita. Nos interessa aqui esse fato justamente porque se articula com o conceito de “invenção”, uma vez que a própria metáfora é, também ela, uma forma de invenção, uma aproximação de significados anteriormente estranhos que se harmonizam criando um terceiro elemento simbólico. É importante salientar, portanto, que mesmo nos textos mais aleatórios de sua produção tanto como acadêmico quanto articulista em periódicos midiáticos Durval é fiel a essa metodologia das invenções, das quais ele atribui a muitos autores, mas, da forma como abordada, regadas a uma tropologia farta em metáforas e metonímias, é muito típica à sua própria produção historiográfica artesanal, tecelã.

Isso nos permite compreender a efigie teórica de um historiador radicalmente adscrito à dimensão linguística, semiótica e simbólica das “invenções” históricas e historiográficas. Radical no sentido afetivo, apaixonado, efusivo, pulsante em sua defesa dos impérios do simbólico, sua analítica das tramas de poder-saber-verdade que almejam o claro projeto ético-político do abandono, ataque e desconstrução das tradições arcaizantes, tanto na história quanto na historiografia. Que tipo de tradições? De ordem histórica podemos encontrar uma crítica àqueles discursos que constituem uma suposta identidade regional (especialmente nordestina) enquanto prenhe de virilidade necessária para a resistência à modernização social; aos falaciosos argumentos que sustentam a imprescindibilidade da elite masculina, branca e patriarcal na constituição de uma sociedade ordenada; à herança dos grandes homens, dos heroísmos cívicos e dos disciplinamentos senhoriais. Já na dimensão historiográfica Durval estabelece como alvo a ingênua crença na possibilidade de se atingir o “real” por meio dos discursos/documentos; as histórias que fazem do passado uma raiz fixa de pioneirismo e reverência, origem da cristalização do discurso das elites; uma metodologia histórica acrítica que confunde

documento e monumento, esterilizando qualquer possibilidade de releitura e reinvenção de um passado vivo; a tradição falocêntrica de enunciados históricos que se utiliza de valores de gênero para consolidar verdades reacionárias e avessas a todo tipo de movimento progressista ou vanguardista na sociedade ou no interior da disciplina; o primado de uma história única, inquestionável e oficializada; as escritas estéreis, vazias e assonantes da história, que a concebem como mero relatório de pesquisa ou compilado de provas documentais; o deserto de ideias no interior de uma disciplina que se pretende mais técnica que reflexiva. Em ambos os casos a questão de uma identidade única, fixa e estável, seja dentre nordestinos, seja dentre homens, seja dentre historiadores de profissão se torna o elemento central de questionamentos e dúvidas. Como resposta Durval não aponta para uma alternativa única, seria incoerente fazê-lo, sua proposta – antes de tentar reconstruir um novo edifício teórico – centra-se na limpeza do território simbólico-epistemológico das corroídas quinquilharias conceituais, impeditivas de qualquer forma de experimentação estética, teórica ou metodológica. Sua perspectiva, fiel aos pressupostos nietzscheanos-foucaultianos, se centra na dissolução dessas verdades metafísicas em nome de um devir contingencial, que não aponta necessariamente para uma saída a ser seguida, mas para a abertura de possibilidades de inovações, para pluralizações de histórias que sejam relidas ao sabor dos tempos presentes, cotidianamente atualizados e reinterpretados por novas óticas. Isso que os detratores chamam de puro relativismo podemos compreender como uma faxina conceitual, em que o barro velho das tradições elitistas e patriarcais precisa ser retirado para que o junco novo possa crescer. Nesse sentido, podemos ironicamente comentar que estamos nos referindo a um historiador eminentemente moderno. Moderno porque separa os objetos híbridos entre natureza e cultura, sexo e gênero, discurso e realidade, diferentemente daqueles que se autoapregoa modernos, mas ao mesclar essas categorias, se afastam cada vez mais de seus princípios (LATOURET, 1994).

## MASCULINIDADE INVENTADA

Compreendido alguns elementos daquilo que definimos como uma metodologia de pensamento inventivo-metafórico no pensamento de Durval, passemos agora a refletir sobre sua conceituação e emprego do termo masculinidade.

É inegável a influência de Durval na historiografia brasileira que trata sobre a temática da masculinidade, já em 2007 alertávamos para o fato de que esse historiador era marcante para a constituição desse campo de estudos – ainda marginal na historiografia brasileira:

A historiografia, especialmente nos anos 90 e na presente década, também buscou meios para a superação das oposições criadas pelos debates acerca da masculinidade e suas relações inter-gênero. Durval Muniz de Albuquerque Jr. buscou compreender a masculinidade a partir de uma perspectiva singular: dentro do processo de formação identitária regionalista da figura do nordestino (BOTTON, 2007, p. 115).

Pouco se pode acrescentar sobre sua atuação posterior, além do fato de que essa herança crítica pluralista foi ampliada por meio de novas perspectivas e abordagens, especialmente com relação às temáticas homossexuais e corporais. Isso se dá pelo fato de que suas reflexões e frentes de batalha foram mudando de foco: a partir da segunda década do século XXI Durval passou a se interessar por correlações entre corporalidade, história, patrimônio, ensino, além de aprofundar suas críticas à questão da regionalização político-discursiva dos territórios, deixando menos guarnecidas as reflexões sobre

masculinidade. Mas há de se fazer justiça a esse historiador que foi um dos primeiros a refletir sobre a temática no Brasil. Essa constatação não se dá no sentido de atribuir-lhe pioneirismo, mas sim na marca contextual de uma discussão ainda embrionária nas Ciências Humanas, e praticamente inexistente no campo historiográfico da virada do século XX para o XXI.

Para compreendermos a herança historiográfica de Durval no estudo das masculinidades no Brasil temos que levar em consideração todo panorama anteriormente traçado, isso se dá justamente porque sua teorização é fruto de um trabalho artesanal, de adaptação e releitura dos percursos inventivo-metafóricos na constituição de uma perspectiva absolutamente singular sobre o conceito. Não pretendemos realizar uma revisão bibliográfica de toda produção de Durval acerca do tema, mas sim analisarmos algumas das publicações paradigmáticas<sup>2</sup> que nos permitem compreender as formas pelas quais o autor constitui essa abordagem. De antemão, partiremos da constatação de que – ao contrário da história, que é muito refletida por Durval – a masculinidade é um conceito pouco aprofundado teoricamente, especialmente porque em nossa avaliação, o autor a aborda mais enquanto um objeto empírico do que uma teoria reflexiva. Sua aproximação à questão do gênero se dá enquanto elemento articulador de uma construção simbólico-política da noção de regionalidade, mais especificamente a partir de um de seus principais objetos de abordagem: o “Nordeste”. Por seus escritos, essa invenção chamada por “Nordeste” nada mais é do que um dispositivo enunciativo de espacialização de poderes-saberes-verdades que constitui identidades fixas e define moldes existenciais, dentre elas a do “cabra-macho” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008). Partindo de uma leitura *à contrapelo* de referenciais teóricos e literários como Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo e José Lins do Rêgo dentre outros, Durval caracteriza em sua fonte a constituição de toda uma semiótica ético-política ainda muito presente nos estereótipos de uma pretensa cultura popular “nordestina” que caracteriza subjetivamente os habitantes dessa região enquanto másculos, viris, destemidos e violentos. Sua conceituação acerca da masculinidade se dá no interior de uma análise do discurso desses intelectuais elitistas, conservadores e tradicionalistas – além de médicos e eugenistas – que almejavam a preservação dos valores patriarcais frente a uma modernização por eles considerada torpe, emasculada e feminilizada. Em suas palavras: “Era preciso prevalecer o masculino, o elemento da conquista, do domínio, da fertilização, da criação, tal como este era definido na sociedade em que vivia” (2008, p. 279). Desta forma, constitui-se um conceito de masculinidade absolutamente moldado pelas contingências históricas e regionais, sem nenhuma pretensão de estabelecer sínteses gerais ou teorias macroanalíticas sobre o gênero. A masculinidade aparece em suas obras como um operativo empírico, constituída, inventada, consubstanciada no bojo da contextualidade do próprio recorte histórico. Tal constatação não significa que não haja método ou teoria em sua pesquisa acerca da masculinidade, parte, antes disso, de um itinerário teórico, ético, político e metodológico que se baseia justamente nos pressupostos e apropriações pós-estruturalistas da “invenção”, anteriormente estudados. Ora, não havendo substância transhistórica alguma para além dos devires e contingências contextuais de construções e desconstruções epocais de saberes-poderes-verdades, não seria possível

2 A maior parte dos escritos de Durval sobre a masculinidade foram publicados na virada do século XX para o XXI em formato artigo científico, distribuídos numa infinidade de revistas acadêmicas. Nos valeremos para essa análise do livro *Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional* (2008) que compilou boa parte de seus textos sobre masculinidade. Além disso, analisamos também sua principal obra sobre a temática: *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)* (2003). Por fim, também investigaremos o capítulo: *Os nomes do Pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades - o diálogo entre três homens (Graciliano, Foucault e Deleuze)* publicado no livro *História: A arte de inventar o passado – Ensaios de teoria da História* (2007). Para leituras mais contemporâneas estudamos o texto (MAIS)CULINOS: *outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis* (2020).

homogeneizar a masculinidade em uma grande teoria. É nesse sentido que Durval não se afina com os principais teóricos de sua época acerca das masculinidades.

Grande parte da produção historiográfica, sociológica e antropológica mundial da virada do século XX para o XXI partem de uma leitura, crítica ou elogiosa, à teoria das masculinidades de Raewyn Connell<sup>3</sup> (2003) ou de Michael Kimmel (2005). Suas obras foram absolutamente impactantes nas humanidades mundiais e por mais de uma década, a maioria dos textos que se referiam ao conceito se valiam da formulação no plural, enquanto “masculinidades”. Esse uso se dá justamente pelo fato de que tais estudos compreendiam sociologicamente as masculinidades de maneira relacional, em que haveria diversos modelos de masculinidade que pretensamente assumiriam posições de concorrência, subserviência, subalternização e prevalência entre si (CONNELL, 2003). De forma inusitada, na maior parte de seus escritos sobre masculinidade Durval não faz referência a Connell ou a Kimmel em suas principais obras dedicadas à masculinidade. Tampouco emprega o conceito no plural, tal como xs sociólogos utilizavam. A explicação para esse fenômeno, em minha ensaística opinião, é justamente o fato de que, desviando de percursos macroconceituais pré-definidos, como a seminal obra de Bourdieu sobre a dominação masculina (1997) ou as demais teorias supracitadas de Raewyn Connell (2003) ou de Michael Kimmel (2005), Durval lançou um itinerário de pesquisa que readapta a apropriação foucaultiana e suas derivações inventivas para responder a uma teoria de gênero que seria performaticamente autoconstituída no interior de seu processo de pesquisa/escrita. Inventa-se uma teoria genealógica do gênero.

Nesse sentido, é importante que compreendamos os elementos reflexivos anteriormente analisados pois, em Durval, a masculinidade, assim como o próprio Nordeste, também se constitui enquanto uma invenção. Uma invenção discursiva com claros efeitos de poder sobre a sociedade, uma vez que molda identidades fixas, constitui estereótipos subjetivos e conforma modos de ser e de se fazer homem no interior de uma regionalidade. Quando Durval escreve sobre a produção artística de Leandro Simões da Costa afirma: “O folheto de cordel o torna um crime singular, um grande crime, um assassinato que se conta para dele extrair ensinamentos morais, para através dele exemplificar quais devem ser os bons costumes, a boa conduta de homens e mulheres. Ele traça uma imagem do masculino e do feminino” (2008, p. 286). Encontramos aqui presente todos os aspectos da enxada durvalista-foucaultiana em que se concebe a masculinidade enquanto discursivamente inventada pelos traços daquela literatura. Mais que isso, demonstra-se a constituição de rigorosos modelos morais, padrões subjetivos e modos ontológicos de ser-no-mundo, pelos quais os homens de carne e osso passariam por um esquadro de adaptação ou rejeição. Essa imagem do masculino e do feminino que se concebe no interior da obra, do contexto e da região abarca aquilo que podemos genericamente conceber enquanto uma teoria de gênero no interior da obra de Durval. Um gênero que se inventa, que se vale de metáforas, de jogos linguísticos e performativos para se autoconstituir simbolicamente, sem a necessidade de qualquer ancora transcendental, identitária ou imutável. Por isso o uso do termo identidade: quando Durval se refere a ele, não está concebendo a existência metafísica ou realidade material do conceito. Sua denotação refere-se ao diagnóstico de uma invenção bem-sucedida, em que se pré-constituem roteiros sociais aos diferentes indivíduos de uma determinada região/época, de acordo com as demandas, anseios e projetos políticos das elites intelectuais, econômicas e culturais de tais territórios/temporalidades.

3 Robert William era o nome masculino de Connell, anteriormente à sua transição ao gênero feminino.

Por essa pretensa “ausência” de debate teórico acerca dos pressupostos de gênero da masculinidade compreendemos aquilo que sua companheira de estudos Maria Izilda Santos de Matos afirmava sobre a masculinidade:

sobrevêm a preocupação em desfazer noções abstratas de “homem” enquanto identidade única, a-histórica e essencialista, para pensar a masculinidade como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações, rastreando-a como múltipla, mutante e diferenciada no plano das configurações de práticas, prescrições, representações e subjetivações (MATOS, 2001, p. 47).

Essa perspectiva baseada nas contingências históricas e contextuais deflagra todo um itinerário de pesquisa sobre as primeiras incursões sobre a masculinidade na historiografia brasileira da virada do século XX para o XXI. Isso nos permite compreender algumas questões conceituais a partir de um contexto específico, o primeiro refere-se à (não) apropriação dos *men's studies* na historiografia brasileira: que se dá tanto por uma escolha deliberada em adotar outras ferramentas e origens filosóficas alheias àquelas proporcionadas pelos teóricos das masculinidades, como também efetiva-se pela origem umbilical desses estudos a uma apropriação nacional sobre as teorias de gênero e masculinidade que, ao contrário dos estudos anglófonos, não se desmembrou dos estudos de gênero feministas. Tampouco se distanciou do pós-estruturalismo foucaultiano, nem mesmo as origens minoritárias de estudos socioculturais como os de Edward Thompson, apesar das críticas a ele direcionadas. Durval quando escreve sobre a masculinidade nordestina, ainda tem como espelho estruturas nacionais de escrita da história e do gênero, sua escrita se aproxima mais das vivências cidadinas marcadas pelo gênero, tais como estudadas por Margareth Rago (2018), das reflexões regionalistas sobre o gaúcho de Sandra Jatahy Pesavento (1989/2013), das figurações do ébrio estudadas por Maria Izilda Santos de Matos (2001) que das proposições de Robert Connell ou Michael Kimmel.

Isso nos permite constatar que, a partir de Durval e suas colegas feministas, a historiografia brasileira construiu uma metodologia própria de compreender o gênero masculino, legando uma configuração epistemológica distinta àquela definida por Whitehead (2002) quando compreende uma sequência de ondas dos estudos masculinos, em que na primeira se compreendia a masculinidade como elemento natural, portanto inquestionável; na segunda compreendia-se a crítica sociológica e na terceira, ao qual o próprio teórico se adscrive, assumiria a apropriação dos estudos pós-estruturalistas ao debate, compreendendo-a como elemento discursivo. Por essa perspectiva, Durval e suas colegas historiadoras saltam a onda da apropriação sociológica e ancoram diretamente nessa terceira onda pós-estruturalista, sem esquecer das raízes feministas, sociais, culturais e históricas de suas pesquisas. Isso definiu em grande parte a própria leitura historiográfica nacional acerca do gênero masculino, em sua maioria alusiva à uma leitura culturalista de Foucault, que por si só, nunca abordou o gênero como objeto específico de interesse histórico ou filosófico – muito embora se aproximou e construiu pressupostos para essa discussão no decorrer de praticamente toda sua obra.

Tal itinerário de pensamento fica mais evidente na maneira *sui-generis* que Durval aborda a masculinidade, apropriando todo cabedal teórico de seu conceito de *invenção*, quilha mestra de sua canoa intelectual, feita com pau que tanto bate no Chico da história quanto no Francisco da masculinidade. Ora, se a história é uma máquina de compreender e inventar invenções, o Nordeste é uma prática discursiva-ética-política inventada, também a masculinidade enquanto invenção assume seu papel absolutamente genealógico. No sentido de que, ao historicizá-la, contextualizá-la e analisá-la

discursivamente, torna-se possível desconstruí-la, uma vez que se estabelecem os solos epocais pelos quais ela surge, se constitui e também se desvanece. É justamente por isso que as últimas palavras de seu livro assim foram escritas:

O nordestino é, pois, um ponto de encontro entre um certo número de acontecimentos históricos, é fruto de um conjunto de operações de construção de um sujeito histórico, de um sujeito regional, de um personagem extremamente importante para a história política e cultural do Brasil contemporâneo. Pensamos que estudar a sua emergência, suas formas de aparecer e de ser, é extremamente importante para se entender a história dos embates regionais no Brasil do século XX e, mais ainda, para desnaturalizar as figuras e os papéis de gênero, fazendo-os retornar à sua historicidade, à sua dispersão constitutiva, permitindo pensar outras formas possíveis de ser homem e ser mulher no Nordeste, para além do estereótipo do macho e sua companheira submissa. Desconstruir estas falas que inventaram o falo como significante nuclear de uma forma de ser regional, de uma identidade regional é questionar a própria legitimidade social, a que assistimos até nossos dias, para a estrutura hierárquica e autoritária de gênero, dominante na sociedade nordestina, acompanhada da própria legitimidade social para atos de violência contra o feminino e de desprezo, medo e ressentimento por tudo que ele representa. Para promover o respeito ao feminino, em todas as variações, é preciso que na carnação da fala se faça a desencarnação do falo. Assim eu falo! (2003, p. 252)

Aqui se resume o percurso genealógico assumido pelo autor, compreendendo a imagem do nordestino e da masculinidade atribuída a ele como uma construção discursiva, que enquanto tal possui evidentes efeitos de poder na esfera do “real”. Mais que isso, deslinda-se nesse trecho o intuito – não necessariamente realizado no corpo do texto – de desconstruir o gênero e seus ditames no sentido de apontar para experiências e vivências outras. Tal intuito de desmonte se baseia justamente nessa proposta pós-estruturalista de estudar a construção de um edifício conceitual-subjetivo como da masculinidade, permitindo que se visualize essa estrutura não como um monumento formado, mas um processo que se construiu, a partir de demandas políticas, contingenciais: da mesma forma em que foi alçado, também poderá ser derrubado. Nisso constituiria a *desencarnação do falo* a que o autor propõe seu metafórico jogo de palavras.

Por mais que essa desencarnação seja preconizada nas introduções e conclusões de seus textos, os caminhos da grande parte de suas obras se concentram mais na construção dos estereótipos de gênero do que em sua desconstrução. Evidentemente que pela teoria pós-estruturalista uma coisa já pressupõe, automaticamente, a outra. De todas as formas, é importante fazer referência aos textos em que o autor foge dos meros estereótipos do nordestino-cabra-macho, para também conceber os outros do gênero, aqueles desencaixados nesses padrões preconcebidos. Assim figuram-se os silenciamentos e entristecimentos dos homossexuais nordestinos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008) em contraface à masculinidade normativa decretada como força-de-lei naquela regionalidade. Por outro lado, a dicotomia segue intacta, já que os externos a esse sistema subjetivo também são prejudicados por conta dele. Talvez seja nos estudos mais recentes, em que o autor aborda o corpo e suas dimensões de gênero na transexualidade, que podemos encontrar elementos radicalmente externos ao modelo sobrepujante do nordestino. Em seu mais recente artigo sobre gênero, intitulado *(MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis* (2020), Durval passa a teorizar fortemente as relações corpo-sexo, realizando verdadeira ampliação de seu escopo teórico, incorporando não apenas autores pós-estruturalistas mas também transfeministas

como Judith Butler, Érika Prestes, Paul Preciado e a própria Raewyn Connell, já em seus estudos *trans* contemporâneos. Por esse itinerário teórico o autor alcança, talvez pela primeira vez, aquilo que ele mesmo intitula como “outras masculinidades”. A apropriação literária do excelente Marcelino Freire lhe permite então comentar sobre o corpo travesti – que numa relação carnal-paternal-amante-carinhosa-cotidiana-passional-afetiva-plural – é capaz de transpassar por várias fronteiras de gênero. Nesse texto o elemento *trans* da masculinidade atua metaforicamente como uma verdadeira, bela e ambígua carranca encaixada na quilha conceitual de Durval, desestruturando os papéis tradicionais de gênero tais como os moldes subjetivos do nordestino cabra macho:

Esse conto deixa-nos ver distintas formas de ser masculino e feminino, muito distantes e distintas das figuras binárias que a ordem dominante de sexo e gênero pretende implantar nos corpos. Nele vemos que há mais masculinos do que podemos supor, há muitas formas de viver o masculino, muitas formas de ser homem, e muitas formas de deixar de sê-lo, de transitar para o feminino, ou permanecer no trânsito, na transversalidade, no trans, da transa e do transar (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2020, p. 281).

É nesse passo teórico que o autor amplia seu leque de compreensão da masculinidade, abrindo-se para o elemento *queer* do masculino, em sua dissolução e pluralização última, ao ponto do esfacelamento (BOTTON, 2022). Para além dos estereótipos e das ordens de gênero, encontramos a expansão de um conceito, que não mais se refere àqueles inventados ou criticados pela elite aristocrática pernambucana dos anos 30 do século XX. Tais trânsitos, *trans* e transas efetivam um empoderado jogo de palavras e ideias que mesclam transgressão e prazer, pisando no mesmo chão batido pelos etéreos discursos nordestinizantes e virilizantes.

Aliás, referindo-se a jogo de palavras, não podemos esquecer, novamente, da importância fulcral da metáfora e dos distintos usos da escrita/linguagem para a estruturação das falhas falas do falo tais como estabelecidas por Durval:

Os homens podiam se aventurar porque em “homem nada pegava”. É como se o corpo masculino fosse fechado não só à penetração de um membro viril, mas a qualquer mal que lhe pudesse acontecer, mesmo de qualquer pecha moral que viesse a ser assacada contra ele. As memórias falam de homens que se colocavam em situações de extremo perigo, cômicos de uma espécie de invulnerabilidade. A onipotência masculina se expressava em atitudes que punham constantemente em risco a sua vida e a vida de outras pessoas, isso não importava se o necessário era provar ser macho. O furar o outro com o punhal ou com a faca, assemelhava-se a uma atitude de virilidade e dominação; substituindo, talvez, imaginariamente, o falo, a faca fazia o estrago no outro, deixando “seus bofes para fora”, e expondo a vulnerabilidade de um corpo masculino derrotado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, p. 246).

No momento em que o autor emprega o termo “é como se” pode-se esperar que se deslindem estratégias semióticas absolutamente ousadas com a mescla de conexões linguísticas e simbólicas, tais como a articulação entre o penetrar da faca e do falo, num emaranhado narrativo que cria emoções, sensibilidades, afetos, ódios, dores, tensões e tesões. Esse uso poético-metafórico da escrita, ressaltamos, está muito longe de ser meramente ornamental, é absolutamente decisivo para a constituição de imagens masculinas, precisamente esculpidas para que uma narrativa se desenvolva na imaginação do leitor. Nisso também reside sua teoria de gênero: na constituição e dissolução dos estereótipos, modelos, jeitos-de-ser absolutamente vivos, literariamente compreensíveis tal como um retrato límpido, mais que isso, como conjunto audiovisual de uma construção do passado, em que se sentem os tilintares

das peixeiras encontradas, os urros dos buchos furados, a saliva escorrendo da face daqueles pobres homens transpassados por facas-falos e também por discursos. Tal elemento não é apenas dramático em sua obra, trata-se da estrutura afetiva e metodológica de sua produção. Essas imagens mentais criadas pelo apego literário e pelos recursos linguísticos fazem de seus textos verdadeiros convites para outras formas de sentir a história, outras maneiras de imaginar o passado, outros percorridos tropológicos-éticos-políticos que atravessam justamente as concepções de gênero avolumadas em seus escritos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UM BREVE E INSÓLITO TRATADO SOBRE A NAVEGAÇÃO**

Em meio a essas mal traçadas linhas tentamos avolumar uma amadora cartografia náutica de percursos intelectuais estabelecidos por uma função-autor – que como tal configura-se enquanto “agenciamento coletivo de enunciação” – chamada Durval, que não deve ser compreendido como coerência autoral, mas sim como pluralidade indômita de atravessamentos, fulgurações trovejantes que lampejam em um céu tempestuoso. Pedaco de papel rabiscado à mão flutuando em uma canoa conceitual cada vez mais chacoalhada pelas fortes ondas dos arcaísmos historiográficos, da política nacional, dos fascismos cotidianos e do passado morto que insiste em não passar. Não se trata mais de um reduzido rio de três margens, mas de um interminável e intercontinental oceano, com todos os lados abertos, revoltoso como a fúria de Iemanjá, que faz da teoria da história e da masculinidade imensidões a serem percorridas nas mais variadas direções, sendo inalcançável o porto seguro e confiável da terra sólida. Justamente porque feitos de líquidas teorias, nos encontramos tão longe de um farol de luminosa razão, a tal ponto de não sabermos se nos aproximamos ou nos afastamos da terra firme. Essa pequena canoa conceitual, acossada por todo tipo de ventanias e erupções, resiste em flutuação justamente por sua leveza, pela ausência de uma férrea, pesada e identitária estrutura metálica, que a poderia enrijecer e afundar em mares tortuosos. Melhor é essa canoa feita com uma quilha sem peso – justamente porque é inventada, imaginada – capaz de flutuar frente a tempestades vultuosas sem o compromisso necessário de manter-se íntegra, uma vez que aceita os devires, os sopros e os redemoinhos dos ventos passados que desasam o anjo da história. Uma canoa sem vela que aceita desintegrar-se e adentrar-se em mar aberto, assumir-se e sumir-se em seu interior, desfazer-se e dissolver-se junto ao emaranhado de torpes construções de poderes-saberes-verdades que tornaram homens, mulheres, gays, lésbicas, *trans*, *queer*, intersexuais, assexuados, bissexuais etc., pessoas tristes, violentadas e angustiadas, afogadas nos encaixos de uma norma subjetiva asfixiante e disciplinadora. Por essa canoa, que flutua e se desintegra nesse revoltoso mar, assenta-se um papel molhado, com letras tortas, que sente suas linhas sendo reescritas ao salgado sabor dos respingos que lhe permeiam, umidificam seu interior e reconstituem seus contornos. Atravessado por seu arquivo, por sua obra, inventado e inventor, com cheiro de tinta fresca, salgado do mar e doce do sangue, localizado numa espacialidade líquida composta por falas do falo e falos da fala, aí se desenleia sua função-autor, em meio a essa ambígua calmaria e fúria propagam-se levemente suas letras, na imensidão do virgem horizonte.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. (MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, v. 17, n. 29, 2020. p. 260–281. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/776](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/776). Acesso: 17/10/2022.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. 1994. 500f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000096855>. Acesso em: 20/03/2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado In. *História: a arte de inventar o passado Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007a.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: Uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O Tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)*. São Paulo: Intermeios, 2019.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BLACK, Max. *Models and Metaphors: Studies in Language and Philosophy*. New York. Cornell University Press, 1962

BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20548/13731>. Acesso: 17/10/2022.

BOTTON, Fernando Bagiotto. Considerações críticas acerca das teorias de Robert/Raewyn Connell e Judith Butler para o estudo das masculinidades. *Revista Crítica Histórica*, v. 11, n. 22, 2022, p. 11–37. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/11245>. Acesso em: 18/10/2022.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

CONNELL, Robert. *Masculinidades*. Ciudad de México: UNAM/PUEG, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EdUSP, 2007.

- DUARTE, André. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.
- KIMMEL, Michael. *Manhood in America: A Cultural History*. Ohio: The Free Press, 2005.
- KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- KUNDERA, Milan. *A Insustentável Leveza do Ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Editora Nacional, 2001.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma História das Sensibilidades - Em Foco: A Masculinidade. *História Questões & Debates*, Curitiba, v. 34, 2001, pp. 45-63.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio para uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Gaúcho: mito e história. In. *Letras de hoje*, v. 24 n. 3, 2013(1989), p. 55-63. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16265> Acesso: 18/10/2022
- RAGO, Margereth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- SANTOS, Wagner Geminiano dos. A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. *Revista de Teoria da História*. Goiânia: UFG, Ano 3, Número 7, 2012. p. 128-155.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.
- SENNETT, Richard. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- WHITEHEAD, Stephen. *Men and Masculinities*. Cambridge: Polity Express, 2002.